

## JÚLIO DE MESQUITA FILHO E A “CRISE NACIONAL”: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES EM UMA TRAJETÓRIA INTELECTUAL

Francisco Adriano Leal Macêdo  
Universidade Federal do Piauí  
E-mail: adrianocpf@hotmail.com

**RESUMO:** Este artigo é parte constitutiva de uma pesquisa mais ampla que toma a trajetória do jornalista e intelectual paulistano Júlio de Mesquita Filho, a pretexto de estudar as maneiras de pensar o Brasil entre os anos de 1925 e 1964. Proprietário do jornal “*O Estado de São Paulo*”, Mesquita Filho esforçou-se para definir a Nação que habitou a partir de textos e modificá-la através de ações. Não obstante a isso, o seu olhar de observador atento do Brasil está situado no universo mental do seu tempo. É a partir deste pressuposto que tomamos seu primeiro texto publicado, intitulado *A crise nacional* (1925) em confronto a um relato autobiográfico escrito a próprio punho (década de 1960), para desvendarmos alguns aspectos da morfologia do seu pensamento no início e final do recorte temporal da pesquisa completa. Autores tais como Stella Bresciani (2007), Reinhart Koselleck (2006) e Tania Regina de Luca (1999) serão usados para pensar noções de intelectual, concepções de temporalidade e trajetórias.

**Palavras-chave:** História. Intelectuais. Júlio de Mesquita Filho. Nação.

### **Intelectuais como fios de compreensão da História**

Esse objeto de pesquisa se insere no horizonte de estudos em que a historiografia tem se enveredado com frequência desde a década de 1980<sup>1</sup>. A escrita contemporânea da História, que outrora privilegiou modelos histórico-estruturais, passou a refletir também sobre o pensamento social de sujeitos de épocas anteriores. A História Intelectual, por vezes nomeada História das Ideias, define esses indivíduos como “intérpretes do Brasil”, portadores de “diagnósticos” e “projetos” para a Nação<sup>2</sup>. Essa preocupação com o que pensavam e desejavam esses personagens do mundo intelectual

---

<sup>1</sup> Angela de Castro Gomes argumentou que as novas abordagens da historiografia depois da década de 1980 lançou novos objetos e fundou novas interpretações da História do Brasil. Um exemplo dessa tendência é a história intelectual, ou história das teorias e dos sistemas de pensamento que manejavam a visão de mundo de sujeitos que se propuseram pensar a realidade nacional. Ver: GOMES, Angela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para debate. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.34, jul-dez, 2004. p. 157-186.

<sup>2</sup> Para elencar uma bibliografia sobre este tema, podemos citar os estudos empreendidos pelas historiadoras Tânia Regina de Lucca e Maria Stella Bresciani, respectivamente. Ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007. DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

é tal que, na virada do milênio, ganhou *status* comemorativo, com a *Folha de S. Paulo* lançando a coleção de livros *Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro*. Conforme explicitado na apresentação de cada volume, o leitor deveria “entender como o Brasil se tornou o que é” (SILVA, 2000). Esse mote ambicioso, para além dos símbolos e conflitos epistemológicos envolvidos, não demonstra sinais de esgotamento.

Os esforços em estudar os intelectuais que atuaram na cena política e social brasileira tomam como objeto de análise indivíduos dos séculos XIX e XX. As conclusões apresentadas possuem semelhanças e diferenças sutis, variando conforme a temporalidade e os conceitos que os preocuparam. Nesse ponto, e, como desdobramento de uma pesquisa anterior<sup>3</sup>, o personagem aqui trabalhado foi um intelectual paulista que atuou no século XX através de livros publicados e editoriais em seu próprio jornal, a saber, *O Estado de São Paulo*. Trata-se de Júlio de Mesquita Filho, indivíduo cuja notoriedade familiar já vinha sendo consolidada desde o século XIX. Frente às fontes pesquisadas sobre o sujeito em questão, encontramos a “possibilidade metodológica de se trabalhar com a dimensão social do pensamento e das ideias dos atores, explorando-se fontes que indicam ‘pistas’ e ‘indícios’” (GOMES, 2004, p. 161).

As questões sociais em que Mesquita Filho esteve imerso ao longo da sua atuação intelectual encontram aspectos lacunares e enigmáticos que, apesar de existirem diversas pesquisas que se debruçam sobre isso, não é escusado acatarmos a lição Darntoniana em buscar novas respostas ou reflexões para problemas antigos. O que move esta análise é a vontade de saber o que se mostrará na lupa focada sobre a figura do intelectual paulista e quais brasis se refletiam em sua retina. A apropriação acadêmica das suas falas e de outros sobre ele, cruzadas, se não puderem demonstrar “como o Brasil se tornou o que é” podem ao menos produzir *insights* sobre os devires históricos da constituição da sociedade brasileira, dos preconceitos arraigados e das culturas políticas que a atravessam.

---

<sup>3</sup> Trabalho monográfico produzido para a obtenção do título de graduado em História. Ver: MACÊDO, Francisco Adriano Leal. *Nação como retórica: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964)*. 2018. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

Acrescentamos ainda que os saberes acadêmicos não devem ser tomados como definitivos. A temática em questão não está esgotada agora nem estará após a conclusão dessa pesquisa. O perigo do conhecimento se fechar em si mesmo como um domínio ascético deve ser combatido com novas pesquisas e outras perspectivas. Nesse sentido, a História intelectual tem uma amplitude de diálogo cujas respostas são parciais. Uma resposta dá origem a muitas perguntas. Na historiografia, se observada por um olhar mais cuidadoso, percebemos frestas abertas para questionamentos. Trata-se, talvez, do “impulso vital” do conhecimento que nunca cessa, ultrapassando qualquer noção de natureza estática. O texto aqui proposto se alimenta desse impulso vital, submetido a virtualidades e incômodos do nosso tempo, na trilha de antigos e novos mistérios que ainda permanecem nas sombras (BERGSON, 2005).

Ideias de cultura e sociedade se efetuam como prioridade numa tarefa de tal grandiosidade, como a retórica de uma Nação. Logo, essas noções serão centrais e complementares. Pretende-se problematizar lugares-comuns, ideias que sutilmente se inserem nos nossos tempos numa genealogia desavisada. E, como não poderia deixar de ser num texto de História, busco a palavra ferina, que incomoda e abala ídolos.

**Esboços de um personagem e seu(s) tempo(s):** reflexão prévia sobre clima e contexto

Júlio de Mesquita Filho nasceu na cidade de São Paulo no dia 14 de fevereiro de 1892, filho de Júlio César de Mesquita e de Lucila Cerqueira César de Mesquita. Seu pai foi advogado, deputado estadual na “República Velha” e proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, fundado originalmente com o nome de *A Província de São Paulo* por seu avô materno, José Alves de Cerqueira César, grande proprietário rural representante da lavoura cafeeira do Oeste Novo paulista. Sua irmã, Raquel Mesquita, casou-se com Armando de Sales Oliveira, interventor federal em São Paulo de 1933 a 1935, governador de 1935 a 1936 e candidato à presidência da República nas frustradas eleições de 1938.<sup>4</sup> Pertencente a uma família cujo pioneirismo no jornalismo – ofício conhecido por eleger os temas de discussão e definir suas relevâncias – Mesquita Filho se enveredaria ao longo de sua trajetória de vida pelos terrenos da política brasileira,

---

<sup>4</sup> Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. Júlio de Mesquita Filho. Verbete Biográfico. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo>> acessado em 07 de mar. de 2019.

sendo não apenas um observador passivo, mas também um participante, militante em seus escritos e, em determinados momentos, como homem de armas (SEVCENKO, 1983).

Na década de 1930, foi obrigado a sair do Brasil duas vezes pelo governo de Getúlio Vargas. O primeiro desterro se deu em outubro de 1932, firmando uma estadia em Portugal, de onde retornaria no final do ano seguinte. O motivo do primeiro exílio fora a sua participação destacada na guerra civil que os seus correligionários chamaram de “Revolução Constitucionalista”. Quando compôs as trincheiras para enfrentar a União das demais unidades da federação, Mesquita Filho canaliza os anseios paulistas pelo retorno da Constituição, suspensa desde 1930. Poucos anos mais tarde, com o advento do “Estado Novo”, o jornalista é mais uma vez forçado a deixar o país. Essas duas situações de ostracismo demonstram a relação conflituosa de um sujeito com o poder político, cujos flertes ora se aproximam, ora se distanciam do *status quo*. Os lugares políticos e teóricos que o atravessaram no decorrer de sua trajetória são escorregadios, repletos de alianças e rupturas.

Fazendo as vezes de cientista social, publicou livros que, notadamente, tinham ambições diagnósticas sobre o Brasil e os seus pretensos problemas. Seu primeiro livro publicado, ainda em 1925, tinha o título sugestivo de *A crise Nacional*. No texto, é elaborado um perfil da Nação brasileira, argumentando que se fazia necessária uma análise apurada “para elucidar o problema da adaptação definitiva da democracia ao Brasil” e conclui listando “soluções para o caso brasileiro” (MESQUITA FILHO, 1925)<sup>5</sup>. Encarnando um intelectual polissêmico, que afirmava não separar o pensamento da ação, Mesquita Filho se inscreve numa tradição de pensadores que deram sua versão sobre os problemas existentes na sociedade, bem como suas possíveis soluções. As vontades de verdade presentes nos seus textos, se cruzadas com outras informações deixadas pelo seu escritor, podem fornecer valiosas pistas sobre suas prioridades.

Essa complementaridade entre pensamento e ação na atuação do personagem é tomada como ponto de partida do fio condutor da pesquisa que se propôs pensar

---

<sup>5</sup> Outras obras que publicaria, como *A Europa que vi, Nordeste, Ensaios sul-americanos, Memórias de um revolucionário e Política e cultura*, seguiam uma proposta semelhante, engajada em torno de ideais e, em certo sentido, utopias.

dimensões da política e da sociedade entre 1932 – ano do movimento constitucionalista e primeiro exílio – e 1964, quando Mesquita Filho participou como um dos conspiradores em torno do golpe militar, então dito “Revolução” (MACÊDO, 2018). Entre as considerações que esse trabalho permitiu, é notável a característica do intelectual em deslocar o seu centro de interesse na matriz explicativa do Brasil para o seu lugar de fala/escrita, região territorial em que erigiu sua própria identidade. Esse é um fenômeno recorrente apontado por Stella Bresciani sobre os chamados “intérpretes do Brasil”, no sentido de que onde eles estão é o epicentro da cultura, do saber e da brasilidade (BRESCIANI, 2007, p. 227). Esse é o tipo de argumento que leva em consideração determinismos mesológicos, ilustrado por Nicolau Sevcenko quando escreve que Júlio de Mesquita Filho era um dos homens das letras que pretendiam tornar São Paulo o maior centro científico da América Latina (SEVCENKO, 1992, p. 231). Nos seus escritos e nas páginas do jornal, como disse a historiadora Maria Helena Capelato, “o saber sociológico era tido como imprescindível para a análise da sociedade e das soluções adequadas a seus problemas” (CAPELATO, 1989, p. 22).

Dentro das questões que se desdobram no interior do trabalho monográfico supracitado, a partir da tomada dessas noções aparentemente inconciliáveis, podemos refletir sobre como os projetos dos engajados “por uma ideia de Brasil” trazem consigo uma série de paradoxos<sup>6</sup>. Uma hipótese nascida do texto produzido sobre Júlio de Mesquita Filho foi que os conceitos que compuseram as paisagens políticas nos tempos em que esteve mergulhado possuíam acentuada influência do passado, que se definiria no desejo de criação de futuros que espelhasse os tempos pretéritos (KOSELLECK, 2006, p.102). Uma questão que nos inquieta a realizar essa pesquisa é refletir em que medida a ideia transcendente de “Nação” se aproximava do sujeito imanente, que parecia querer se colocar como arauto de um país futuro. Em que medida a *força das tradições* operavam – no caso brasileiro, um regime escravocrata que durou por três séculos – nos sujeitos que encarnavam os projetos de Estado-Nação? Podemos

---

<sup>6</sup> Como exemplo de engajamentos por uma projeção de Brasil, citamos Monteiro Lobato e Júlio Mesquita – pai de Júlio de Mesquita Filho – que tiveram sua atuação em torno da *Revista do Brasil* analisada pela historiadora Tania Regina de Luca. Ver: DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

encontrar pistas estudando dois textos escritos por Mesquita Filho: *A crise nacional*, com pretensões intelectuais, e um relato autobiográfico nunca publicado.

**Grandes causas e grandes efeitos:** a dialética mecânica da crise em 1925

Para situar qual era o projeto de Nação que Mesquita Filho pensara antes do início de sua carreira como jornalista, utilizaremos a sua primeira obra publicada, *A Crise nacional* (1925). Esse livro marca o início das suas atividades intelectuais, e, como sugere seu título, atesta que existe uma crise generalizada no Brasil e estabelece suas causas e possíveis soluções. Em sua escrita, fala desde os “efeitos da lei de 13 de maio”, dá sua posição sobre modelos de governo, economia e demonstra interesse pela criação das universidades. Nesse ponto, a ideia de crise manifesta posição de discordância conflituosa com o *status quo*. Essa é a primeira relação notada na qual são confrontados o intelectual e a realidade nacional. O livro de Jorge Amado *Navegação de Cabotagem* (AMADO, 1992), com passagens sobre sua relação com Júlio de Mesquita Filho e o olhar de Jean-Paul Sartre sobre o mesmo, fornece uma perspectiva da década de 1960. O relato autobiográfico escrito por Mesquita Filho, também na década de 1960, permite fazer relações sobre permanências da sua cosmovisão em relação ao longínquo ano de 1925.

Os manifestos estiveram em evidência naquela década que seria a última da chamada “República Velha”. Como comburentes desses ditos e escritos, uma certa vontade de resolver as coisas. Mas não apenas isto. Implicitamente, o desejo de vanguarda e de preconizar os tempos vindouros fazia-se presente em cada palavra. O *Manifesto do Pau Brasil* de Oswald de Andrade e O *Manifesto regionalista* de Gilberto Freyre são exemplares clássicos de tentativas de fundação de ética e estéticas nacionais. Em São Paulo, em quinze de novembro de 1925, um intelectual que fazia carreira como dono do matutino *O Estado de São Paulo* ensaiava o seu projeto vanguardista para a Nação. O texto de debute de Júlio de Mesquita Filho possui um título forte, mostrando a que veio – *A crise Nacional*. *O Estado* havia lançado nomes como Euclides da Cunha, a saber, pelo próprio membro fundador, Júlio Mesquita. A sede desse empreendimento de imprensa era assiduamente frequentada por intelectuais e homens das letras já proeminentes como Monteiro Lobato e Olavo Bilac, sequiosos pela divulgação que um

noticioso de ampla circulação poderia proporcionar. Talvez encorajado por esses sujeitos, Mesquita Filho lança o primeiro livro, fortemente engajado em torno da ideia de República.

O texto integral foi publicado originalmente na edição do jornal na data em que se comemorava a proclamação da República – daí o subtítulo “reflexões em torno de uma data”. Esse escrito ganharia formato de livro provavelmente pelo fato do seu autor tê-lo considerado merecedor de um formato menos efêmero. A “secção de obras d’*O Estado de São Paulo*” diagramou o livro de tal modo que trazia uma citação de Goethe na capa: “Onde vejo grandes efeitos, sempre supponho grandes causas”. Essa epígrafe reforça a ideia de uma visão dialética de sociedade que revela o pensamento do autor. Em sua análise de “grandes causas” que geraram “grandes efeitos” – a crise –, o primeiro tema é a monarquia. Com os tempos do Segundo Reinado descrito com palavras otimistas – saudosas, até – essa é uma das primeiras evidências do passado de *tradição* que Mesquita Filho atribui como sendo um período em que se havia neutralizado “os males que mais tarde tão grandes proporções assumiriam, inerentes a tendência autocrática do brasileiro”. O que teria mantido esses “males” distantes: “a presença de Pedro II, espírito culto [...] figura serena do soberano” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 8).

Esse tempo de suposta estabilidade política cairia por terra por ocasião do “decreto de 13 de maio, [quando] entrou a circular no sistema arterial do nosso organismo político a massa impura e formidável de dois milhões de negros” [*Sic!*] (MESQUITA FILHO, 1925, p. 9). Esse brusco diagnóstico remete a notas de um pensamento sociológico amplamente difundido nas academias a partir do século XIX, cujas pistas mais veladas puderam ser parcialmente desvendadas apenas nos estudos antropológicos recentes. As referências a “massa impura e formidável” dos antigos escravos na sociedade possui fundamentos e lugares-comuns sobre cultura. A historicidade da ideia de cultura perpassa pela construção dos Estados-Nacionais e, nesse caso, instrumentaliza um intelectual a refletir sobre “a crise nacional” brasileira na terceira década do século XX. Mesquita Filho demonstra estar entre aqueles que epistemologicamente “proclamam a necessidade de um período de incubação ética para

preparar homens e mulheres para a cidadania política” e que, por outro lado “negam aos povos coloniais o direito à autodeterminação até serem suficientemente «civilizados» para o exercício das suas responsabilidades” (EAGLETON, 2003, p. 18).

Em termos crus, acrescenta que “o afluxo repentino de toxinas” – em referência a inserção dos antigos escravos como cidadãos – levou a “consciência nacional” que estaria se fortalecendo nos tempos imperiais a apresentar imediatamente “os mais alarmantes sintomas de decadência moral” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 11). Os fundamentos dessa dialética, onde grandes causas e grandes efeitos são axiomas de processos mecanicistas, não usa eufemismos ou subterfúgios. Afirma peremptoriamente: a abolição da escravidão tem como desfecho o que chamou de “crise nacional”. O fatalismo em torno de ideias que remete a esse “mal” traz um obscuro determinismo. Através de algumas analogias e termos médicos, Júlio de Mesquita Filho afirma que a “doença” política e cultural do Brasil vem de uma “vibração sempre maior do elemento patógeno”. A catástrofe política que ele observava no Brasil nos anos derradeiros da Primeira República seria outra manifestação da visão epistemológica de mundo que pensava o globo terrestre como um *continuum* de tempos diferentes e um desenvolvimento unilinear (LANDER, 2005).

A partir dessas afirmações tautológicas em seu livro inaugural, salta aos olhos uma lógica de sentido transcendente e exterior. Não existe traços de hesitação nesses argumentos. Um sólido construto teórico amparava aquelas conclusões, a exemplo da bibliografia europeia que se fazia presente na sua biblioteca pessoal. Dentre as concepções de Estado-nação moderno, se avultou na Europa a ideia de homogeneidade étnica e cultural da população, tema de estudo de Benedict Anderson em *Comunidades imaginadas* (ANDERSON, 2008), com menções diversas, como a de Hannah Arendt em texto clássico sobre o nazismo (ARENDRT, 1999, p. 198). Esse pressuposto terminaria ecoando pelo mundo, chegando com grande rapidez na América Latina. Esse fenômeno de intelectuais engajados em construir nações latinas articulado em torno da ideia de raça já conta com excelentes análises, como a de Jeane Delaney sobre as tentativas da *intelligentsia* e ações de Estado para consolidar uma nacionalidade argentina (DELANEY, 2014). No caso da retórica de Mesquita Filho Sobre a Nação, o



fim da escravidão e a súbita transformação de “coisas” em cidadãos deitaria por terra as esperanças de um país aos moldes etnicamente “civilizados”.

De acordo com a volumosa quantidade de informação deixada por este intelectual que exerceu uma atuação *sui generis* em empreitadas tão heterogêneas, pode ser percebida uma atmosfera de tradição, como uma busca constante por recuperar “o chão sob seus pés”. Dentro daquilo que Michel Foucault chamou de “crise da representação”, o sujeito que escreve *A crise nacional* dedica sua eloquência ao estudo de um objeto ao qual ele próprio se mistura. Na *mise en scène* da sociedade brasileira representada nesse livro – que localizo com tons de manifesto, apesar de não ter se colocado claramente com esse objetivo –, a nostalgia de um tempo perdido é o elemento sensível. Uma lista de mazelas começa a ser apontada, ainda sob a fórmula de “grandes causas e grandes efeitos”. O sistema de oligarquias, por exemplo, é localizado como causa direta da “mentalidade primitiva” a circular no metabolismo político do país, já que estava convencido de que a nação havia “entrado para a categoria daqueles povos que ‘preferem um governo qualquer a se governarem por si mesmos’” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 16).

Se considerarmos o autor de *A crise nacional* dentro do que estudiosos críticos como Stella Bresciani e Carlos Guilherme Mota chamaram de intérpretes ou ideólogos do Brasil – visto que além desse livro diagnóstico, escreveu outros com escopo semelhante –, vemos alguns ineditismos em suas análises, pelo menos acerca do que é mais divulgado. Em termos de circulação, talvez devido a concepções hoje claramente inadmissíveis nos círculos intelectuais, seus livros não são mais publicados. Todavia, sujeitos como Monteiro Lobato e Oliveira Vianna leram e elogiaram os escritos de Mesquita Filho, sendo Vianna chegou a publicar uma resenha elogiosa a um artigo escrito por Mesquita (VIANNA, 1923). Dentro do que pode ser considerado em suas análises como ineditismo nessa sua “interpretação” é o fato de que, ao falar de crise, não retorna à colonização (BRESCIANI, 2004, p. 406), mas se detém na abolição da escravidão como “mal de origem”. Compartilhava com outros pensadores da época, a abordagem intelectual de um dos chamados universais – O Estado –, que implicava em

vários outros, como Verdade, Justiça e Lei, investidos igualmente de teor meta-histórico.

**“Um sistema de representação e valores”:** indivíduo e sociedade entrelaçados em 1962.

Saltemos para a década de 1960, quando duas informações se tornam material privilegiado de observação das ideias de Júlio de Mesquita Filho na quarta década após a publicação de *A crise nacional*: o relato autobiográfico de Mesquita Filho e a visita que recebeu do filósofo Jean-Paul Sartre, narrada por Jorge Amado no livro *Navegação de Cabotagem*. Podemos aqui atestar a sua concepção de civilização como algo que o demarcava enquanto sujeito, apresentando muitas semelhanças às concepções que tinha ao redigir *A crise nacional*. As suas ideias do lugar social da “raça” negra o insere numa linha de pensamento que já estava, em alguma medida, sendo abandonada por outros dos seus contemporâneos – a exemplo de Gilberto Freyre.

O paradigma epistemológico tomado por Júlio de Mesquita Filho para pensar o lugar do negro na sociedade brasileira, caso tivesse sido levado ao conhecimento de Sartre, seguramente poderia ser um motivo para chamá-lo de “reacionário” e “conservador”, como o teria sido, segundo o relato de Jorge Amado em seu livro. O esforço memorialístico feito por Mesquita Filho em seu relato é bastante significativo: “Que é uma civilização, senão um sistema de representação e valores? Ora, a nossa civilização é cada vez mais tributária da civilização ocidental e cada vez menos dos elementos ameríndios e africanos”. Essas palavras fornecem sinais preliminares da sua ideia do que compõe uma “civilização”, legando um lugar de privilégios para “o elemento branco ocidental”.

O negro trouxe uma contribuição realmente interessante, quanto ao colorido e ao pitoresco, para os nossos usos e costumes, para o nosso folclore e para a nossa música. Quanto à pureza da *mentalidade primitiva* dos descendentes de africanos, a sua influência não pode deixar de prejudicar a homogeneidade que seria de desejar para o pensamento nacional. Estou convencido de que a eficiência cultural e mental de uma nação está na razão inversa da soma de elementos místicos que por ventura ainda possam atuar na mentalidade de suas massas. A capacidade política, a solidez moral e, portanto, das instituições de um povo são, evidentemente, uma função da predominância de uma ou de outra das duas mentalidades<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> MESQUITA FILHO, Júlio de. Escritos avulsos, datilografados e rabiscados pelo autor. p. 1. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho, do seu arquivo particular. p. 17. Não publicado.

Em uma abordagem que já vinha caindo em descrédito no seio do pensamento social desde os anos de 1930, com obras como *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, esse trecho afirma que para além do folclore e ao “colorido e pitoresco”, a contribuição das etnias africanas no Brasil não era outra senão uma mentalidade primitiva – ecoando seu pensamento em *A crise nacional*. Dentro do “sistema de representações e valores” que compunham uma civilização, indivíduos “nos albores da mentalidade ocidental propriamente dita” só teria a contribuir com “elementos místicos” que envenenariam as instituições, a moral e a capacidade política do povo. É como se não houvesse lugar para o negro na sociedade brasileira, e que o moderno Estado Nação não fosse possível onde o misticismo de elementos de graus anteriores da evolução desse as cartas (*Sic*). Para reforçar essa ideia, trago o trecho do livro de Júlio de Mesquita Filho *Nordeste*, cujos argumentos se ancoram em perspectiva semelhante:

A porcentagem de homens de cor – pretos e mulatos – que na Bahia atinge mais de 60% da população, segundo o censo demográfico de 1955, entra, em nossa opinião, como fator preponderante na explicação do atraso em que se encontra ali a agricultura. Não pretendemos, com isto, diminuir a capacidade da raça negra; mas é evidente na grande maioria dos seus componentes aquilo que a sociologia denomina de “mentalidade primitiva” a torna praticamente inadaptável às atividades agrícolas (MESQUITA FILHO, 1963, p. 14).

A sua visão de Sociologia na década de 1960 baseava-se em categorias de raças. A publicação desse livro nesses termos torna evidente que, em um indivíduo, podem conviver ideias que, em tese, seriam antagônicas. O liberalismo, renomeado pelo personagem como uma “magnífica doutrina”, absolutamente democrático; por outro lado, uma perspectiva sociológica que exclui uma grande parcela do povo de um país como o Brasil, posto ela ser prejudicial para seu “sistema de representação e valores”. A sua concepção de sociedade infiltrava-se, também, na sua vida privada. Sobre isso, as linhas finais do seu escrito autobiográfico são reveladoras. Segundo ele, existia uma mania da “maioria dos pretos de combater a carapinha”, categorizando o suposto costume dos negros de alisarem os cabelos como “terríveis recalques que fazem da maioria dos mulatos indisfarçáveis seres desgraçados e, de quase todo preto, um marginal em choque permanente com o seu meio”.<sup>8</sup> Encerrando o seu pensamento nessa

---

<sup>8</sup> MESQUITA FILHO, Júlio de. Escritos avulsos, datilografados e rabiscados pelo autor. p. 1. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho, do seu arquivo particular. Não publicado.

*escrita de si* (GOMES, 2004), declara: “por todas essas razões é obvio que eu não aceitaria jamais, voluntariamente, o casamento de qualquer membro de minha família com gente indisfarçavelmente de cor”.<sup>9</sup>

É possível imaginar qual efeito teriam tido essas declarações, caso chegassem aos ouvidos do filósofo francês. Buscamos compreender por que Júlio de Mesquita Filho, o sujeito que pertenceu ao seu tempo, é definido em polos como *reacionário* e *conservador*. Nessa senda, no exercício de perceber o personagem para além das certezas e coerências, o que me aproximo a defini-lo é como alguém que vivenciou os “perigos” da vida; dessa forma, não escaparia da vontade dos indivíduos em imprimir sua marca na História e, simultaneamente, seria marcado e demarcado por ela. Nesses termos, as palavras cumprem sua tarefa, pintando quimeras e dividindo os sujeitos e suas ideias em categorias éticas e morais, enquanto os indivíduos marcham por entre regimes de historicidade que os caracterizam e, de maneira simultânea, os influenciam (HARTOG, 2014).

#### **Palavras de ordem e tradição:** considerações finais

Esses signos produzem enunciados difusos. Narrado por si mesmo, aparece dotado de linearidade, um sujeito que nascera nos últimos suspiros do século XIX e que mantivera consigo uma incorruptível coerência. A tocha de “uma certa ideia de Brasil” seguiria em suas mãos; em suas palavras, esforçadas por escrever a si mesmo, estão impressas certas *palavras de ordem* das quais se convencera. Em alguma medida, esses enunciados apareciam em textos públicos, também. Esse fenômeno redundava no que Koselleck chamou de “batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais” (KOSELLECK, 2006, p. 102). Inseridos no esforço de traduzir esses conceitos para as nossas concepções, limita a dimensão semiótica a olhar em contexto. As palavras não desejam apenas convencer, mas ordenar, imperativamente, as coisas e suas arestas.

As compreensões buscadas no passado brasileiro traziam para aquele presente uma ideia que se chocava com as visões cosmopolitas. Em 1955, a UNESCO havia

---

<sup>9</sup> MESQUITA FILHO, Júlio de. Escritos avulsos, datilografados e rabiscados pelo autor. p. 1. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho, do seu arquivo particular. Não Publicado.

definido que “raça” era uma invenção social. Nessa época, Martin Luther King enfrentava o *apartheid* racial então reinante nos Estados Unidos – que, coincidência ou não, era a Nação liberal em que Júlio de Mesquita Filho ancorava sua inspiração ideológica. Em meio a essa efervescência de conflitos com ressonância mundial, premente de ideias nem sempre coerentes, podemos notar semelhanças do discurso segregacionista à sua determinação em não misturar sua família com “gente indisfarçavelmente de cor”. É difícil compreender que um projeto político pensado por alguém com tais ideias pudesse ser inclusivo.

A partir da tomada dessas noções aparentemente inconciliáveis, podemos refletir sobre como os projetos dos engajados “por uma ideia de Brasil” trazem consigo uma série de paradoxos. Os conceitos que compõem as paisagens políticas de um tempo, possuem a influência de tempos passados. Esse pitoresco cruzamento de contemporâneos, possuem continuidades dividindo o palco com fragmentações. Avoluma-se a força das tradições anteriores, que permanece instalada nos sujeitos que participam da História. O tempo aparece como o elo que conecta estruturas, acontecimentos e indivíduos. As realidades que se desdobraram diante dos olhos de Mesquita Filho só eram possíveis de conectar ao que já havia sido vivido, em retrospectiva – pois “as coisas só são previsíveis quando já aconteceram”.

Nas vicissitudes da vida de um indivíduo que mantivera sua infância na “atmosfera sadia e revigorante” de uma casa abastada do final do século XIX, passa a carregar consigo certas idiossincrasias. A partir dessa ilusão biográfica, a sua utopia remete àqueles momentos; é uma vontade de verdade, que como tal, não é falsificada. Essa espécie de “paraíso perdido”, somado a uma ilusão de identidade, se aglutinam em torno da sua pretensa razão objetiva. O próprio filósofo Sartre, dentre outras ideias, defende que a “existência precede a essência”, ou que as experiências do sujeito é o que o define (SARTRE, 1973); este encontro parece o lançar rumo à sua própria filosofia, numa conversa com um defensor tão aguerrido de sua essência, ou mesmo de uma essência brasileira. Júlio de Mesquita Filho, este adepto de uma mística da identidade – seja paulista, ou brasileira – se manifestava como uma espantosa ironia. Jorge Amado narra que, após uma visita aos cafezais da fazenda dos Mesquitas, já na viagem de volta

à cidade, o filósofo pareceu-lhe “perturbado como se sentisse abalado o seu saber” (AMADO, 1993, p. 113).

Em meio a essa perturbação, Sartre teria dito: “– Este Brasil é um país absurdo, surrealista tu dizes, mas isso não diz tudo, não explica nada, o Brasil não tem lógica, nunca se pode ter certeza” (AMADO, 1993, p. 113). A presença que esse trecho produz é de alguém que tivera um estalo, percebendo subitamente que os próprios conceitos não podiam dar a ordem desejada à realidade. “[...] Quando se pensa ter entendido logo nos damos conta que cometemos um erro, que o certo é diferente, um disparate”. Ao olhar do seu visitante, a contradição de Júlio de Mesquita Filho se manifestava da seguinte maneira: “[...] como é que um homem tão reacionário, tão estreito como Monsieur Mesquitá de repente, ao falar dos cafezais, se transforma num poeta, o mais terno e amoroso? O que ele me disse foi pura poesia, estou feliz de tê-lo conhecido” (AMADO, 1993, p. 113). Aqui, nesse texto, as contradições presentes são análogas – projetos de Nação marcados pelo signo do liberalismo, um desejo de projetar um futuro utópico mas que nele não haveria espaço para multidões fora da ordem imaginada. Segundo essa teleologia, inscrita na ordem natural das coisas, o destino da Nação seria o triunfo do liberalismo e o desaparecimento ou assimilação dos negros, mulatos e indígenas. Nunca se pode ter certeza, e, certamente, não pertence a uma lógica unívoca. Isso não nos impede de entrever a figura insistente de um sujeito de privilégios remexendo seu passado nostálgico para projetá-lo no futuro almejado.

A vida e a obra se misturam. Mesquita Filho entra na disputa pelas realidades da Nação brasileira, que encontrava contendores desde o período imperial, com a criação do IHGB (HRUBY, 2009). As concepções providencialistas do conhecimento social costumeiramente se atracavam na força do indivíduo. Os argumentos presentes em *A Crise nacional* e no relato autobiográfico aqui estudado sugerem que o personagem, durante pelo menos quatro décadas, buscou ser o arquiteto de uma comunidade forjada na *Tradição* (MAYER, 1987, p. 269). Essa articulação fornece pistas das lógicas de organização social pretendida por esse sujeito. As disputas em torno da constituição do Estado mostram o conflito entre prioridades, dilemas e paradoxos, vetores recorrentes na forja artificial dos sentidos dos países – em especial daqueles que, como o Brasil,

partem de matrizes étnicas plurais e portadores de memórias históricas controversas. Talvez Mesquita Filho seja um dos sujeitos que Sérgio Buarque de Holanda descrevera como partidários de um retorno à tradição como a única defesa contra a desordem (HOLANDA, 1992, p. 5). Em sentido próximo, Reinhart Koselleck em *O futuro passado* mostra como o tempo histórico se constrói nessa simultaneidade ou diálogo entre a experiência do passado e uma expectativa de futuro, uma espécie de “brecha” onde o passado ou a tradição opera (KOSELLECK, 2006).

### REFERÊNCIAS:

#### FONTES

##### Ensaaios

MESQUITA FILHO, Júlio de. *Nordeste*. São Paulo: Anambi, 1963.

\_\_\_\_\_. *A crise nacional: reflexões em torno de uma data*. Secção de obras d'O Estado de São Paulo, 1925.

\_\_\_\_\_. Escritos avulsos, datilografados e rabiscados pelo autor. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho do seu arquivo particular.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. A comunhão paulista. Resenha. *RBR*, v.24, n.92, p.326-8, ago. 1923.

##### Literatura

AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem: apontamentos para um livro de memória que jamais escreverei*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

#### BIBLIOGRAFIA:

##### Monografias:

MACÊDO, Francisco Adriano Leal. *Nação como retórica: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964)*. 2018. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

##### Livros e capítulos de livros:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDRT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- BERGSON, Henri. *A evolução criadora*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- \_\_\_\_\_. Identidades inconclusas no Brasil do Século XX – fundamentos de um lugar comum. In: \_\_\_\_\_; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DELANEY, Jeane. “Imaginando La raza argentina”. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. *Nacionalismo no Novo Mundo: A formação dos Estados-Nação no século XIX*. São Paulo: Record, 2014.
- DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Lisboa: Temas e Debates, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução: Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart, Camila Rocha de Moraes, Maria Cristina de Alencar Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do antigo regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.
- MOTA, Carlos Guilherme. *História e contra-história: perfis e contrapontos*. São Paulo: Globo, 2010.
- SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.



SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: companhia das letras, 1992.

\_\_\_\_\_. *Literatura como missão: tensões sociais e primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das letras; Publifolha, 2000.

#### **Artigos de periódicos**

GOMES, Angela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para debate. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.34, jul-dez, 2004.

HRUBY, Hugo. *O templo das sagradas escrituras: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912)*. *História da Historiografia*, n.2, p. 50-66 março, 2009.